

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

**1.1. Aquisição**, sob demanda, de **INSUMOS DE LABORATÓRIO**, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica/Posto Sylvio Henrique Braune, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento;

**1.2. Requisitantes:** Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica;

**1.3. Fundamentação Legal:** Pregão Eletrônico, via Registro de Preço, nos termos da Lei nº 14.133/21, art. 28, inciso I;

**1.4. Tipo:** Menor preço por lote, nos termos da Lei nº. 14.133/21;

**1.5. Prazo:** 12 (doze) meses contado da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Nova Friburgo.

#### 2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** Aquisição, sob demanda, de **INSUMOS DE LABORATÓRIO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	HMRS	HMNF	SAB	TOTAL
<b>LOTE 1 – MATERIAL PARA PROVAS DE COAGULAÇÃO</b>							
1	389528	Cefalina Ativada	Teste	33.408			<b>33.408</b>
2	389528	Cefalina Ativada para Automação	Teste		2.088	1.396	<b>3.484</b>
3	442071	Ddimero	Teste	23.250	1.116		<b>24.366</b>
4	373484	Fibrinogênio	Teste	2.088			<b>2.088</b>

5	373484	Fibrinogênio para Automação	Teste			1.396	<b>1.396</b>
6	442195	Tromboplastina Cálctica	Teste	39.216			<b>39.216</b>
7	377424	Tromboplastina Cálctica para Automação	Teste		2.052	1.140	<b>3.192</b>

**2.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

**2.3.** O prazo de vigência da contratação é de um ano, contado a partir da assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados;

**3.2.** Trata-se de Processo Administrativo visando a aquisição, sob demanda, de Insumos de Laboratório, para suprir as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica/Posto Sylvio Henrique Braune, pelo período de 12 (doze) meses;

**3.3.** A presente aquisição faz-se necessária considerando que o processo sob nº 18621/2022, Pregão Eletrônico nº 225/2022, deu-se Frustrado para o LOTE 10, conforme Resultado de Julgamento acostado às fls. 03/04. Visando suprir a demanda das atividades do Laboratório de Análises Clínicas a Rede Hospitalar, Policlínicas e Postos de Saúde, contribuindo assim, para o bom e regular funcionamento da rotina das Unidades e Dispositivos de Saúde;

**3.4.** Vale lembrar que se trata de aquisição por Sistema de Registro de Preço (SRP). É fato que no SRP há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada de cada Unidade Requisitante;

**3.5.** Ressalta-se que as especificações técnicas, bem como o quantitativo dos objetos solicitados, foram indicadas pelas equipes técnicas da Unidade de Saúde, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**4.1.** Aquisição, sob demanda, de **INSUMOS DE LABORATÓRIO**, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica/Posto Sylvio Henrique Braune, pelo período de 12 (doze) meses;

**4.2.** A presente aquisição faz-se necessária considerando que o processo sob nº 18621/2022, o Lote 10 deu-se Frustrado, conforme Resultado de Julgamento acostado às fls. 03/04. Visando suprir a demanda das atividades do Laboratório de Análises Clínicas a Rede Hospitalar, Policlínicas e Postos de Saúde, contribuindo assim, para o bom e regular funcionamento da rotina das Unidades e Dispositivos de Saúde;

**4.3.** A aquisição a contratar a partir desse Estudo são enquadrados como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado. Dessa forma, a contratação deverá ser realizada por Licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço por lote, para possibilitar a competitividade aos participantes. Dessa forma assegurando maior economicidade na aquisição.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.** Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

**5.2.** A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021;

**5.3.** Atender às solicitações nos prazos estipulados;

**5.4.** Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas Unidades Requisitante;

**5.5.** Entregar o objeto e quantitativos, conforme a solicitação das unidades requisitantes, no prazo de 10 (dez) dias corridos, nos horários e locais estabelecidos neste Termo de Referência;

**5.6.** Substituir, no prazo máximo de até 2 (dois) dias, a contar da data da notificação, os materiais entregues, caso se apresentem impróprios;

**5.7.** Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;

**5.8.** Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência;

**5.9.** Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência;

**5.10.** Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação;

**5.11.** A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**5.11.1.** Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento). Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes);

**5.12.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5.13. A empresa vencedora deverá cumprir as seguintes exigências:**

**5.13.1. Para HMRS** – A empresa vencedora deverá fornecer em regime de comodato: um aparelho automático, com sistema de detecção baseado na viscosidade, insensível para plasmas com alteração de cor (Hemólise, Icterícia e Lipemia), realizar testes coagulométricos, Cromogênicos e Imunoturbidimétricos, mínimo de 96 posições para amostras em tubo primário, perfuração de tubos (CAPPIERCING), mínimo de 45 posições para diferentes tamanhos reagentes, carregamento contínuo para amostras e reagentes, capacidade mínima para 1000 cubetas, gestão das amostras urgentes (STAT) imediata, leitor de código de barras para amostras e reagentes acoplado no sistema, mínimo de 3 probes com detecção

de volume, diluições e re-diluições automáticas, software integrado com gerenciamento do controle de qualidade, incluindo gráfico de Levey – Jennings e Regras de Westgard, curvas de calibração com diluição automática, reagentes prontos para uso e pré calibrados, interfaceamento bidirecional, e com capacidade de 140 testes/hora. Deverá fornecer também em regime de comodato 01 aparelho de coagulação sendo um backup para o HMRS automatizado insensível para plasma com alteração de cor (Hemólise, Icterícia e Lipemia), realizar testes coagulométricos, Cromogênicos e Imunoturbidimétricos. Com capacidade mínima para 20 amostras simultaneas, capacidade para 220 cubetas onboard, 16 posições para reagentes. A empresa vencedora deverá ser responsável em fornecer todos os insumos necessários para realização dos exames (controles, soluções, calibradores, diluentes, descartáveis, papel e toner), bem como disponibilizar o interfaceamento com o LIS do laboratório. Os insumos (reagentes, controles) deverão ser sempre compatíveis com o equipamento fornecido;

**5.13.2. Para HMNF** – A empresa vencedora deverá fornecer em regime de comodato um aparelho de coagulação semi automatizado, com sistema de detecção baseado na viscosidade, insensível para plasmas com alteração de cor (Hemólise, Icterícia e Lipemia), com 04 canais de leitura, mínimo de 16 canais de incubação, gerenciamento dos tempos de incubação através de aviso sonoro, início automático de medição do teste através de uma pipeta acoplada, gestão completa de reagentes, informação de CQ, resultado de paciente e dados de calibração, menu de CQ completo com gráfico Levy-Jennings e estatísticas de CQ de 2 níveis, menu de calibração com armazenamento de curvas de calibração, leitor de códigos de barras externo para identificação de amostras de pacientes e interfaceamento unidirecional. As manutenções corretivas e preventivas deverão ser realizadas pela empresa contratada sempre que solicitada pelo responsável do laboratório, os equipamentos deverão ser sempre compatíveis com os insumos fornecidos. A empresa vencedora deverá ainda fornecer aos setores requisitantes, todos os insumos para o funcionamento dos aparelhos (papel, toner para impressora, nobreak, sistema de água tipo osmose reserva ou compatível com a necessidade dos mesmos, cubetas de amostras e reação, quando aplicadas, solução de lavagem das cubetas, detergentes). Ademais, a empresa deverá ainda fornecer treinamentos das equipes, bem como a manutenção corretiva e preventiva pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de instalação podendo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria de Saúde, até o esgotamento do material licitado;

**5.13.3. Para a POLICLÍNICA SYLVIO HENRIQUE BRAUNE** – As manutenções corretivas e preventivas deverão ser realizadas pela empresa contratada sempre que solicitada pelo responsável do laboratório, os equipamentos deverão ser sempre compatíveis com os insumos fornecidos. A

empresa vencedora deverá ainda fornecer aos setores requisitantes, todos os insumos para o funcionamento dos aparelhos (papel, toner para impressora, nobreak, sistema de água tipo osmose reserva ou compatível com a necessidade dos mesmos, cubetas de amostras e reação, quando aplicadas, solução de lavagem das cubetas, detergentes). Ademais, a empresa deverá ainda fornecer treinamentos das equipes, bem como a manutenção corretiva e preventiva pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de instalação podendo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria de Saúde, até o esgotamento do material licitado.

## 6. EXECUÇÃO CONTRATUAL

**6.1.** O prazo de entrega do objeto é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada, conforme conveniência e necessidade das Unidades Requisitantes;

**6.2.** A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo, respeitando sempre o período de solicitação de cada Unidade Requisitante:

**6.2.1.** Os itens do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, deverão ser entregues no **ALMOXARIFADO DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ**, localizado na Rua General Osório, nº 324, Centro, Nova Friburgo/RJ. No horário das 09:00h às 16:00h;

**6.2.2.** Os itens do Posto Sylvio Henrique Braune, deverão ser entregues à Rua Plínio Casado, s/n, Centro, Nova Friburgo/RJ;

**6.3.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

**6.4.** Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

**6.5.** Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**6.6.** Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

**6.7.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

**6.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7. GESTÃO DO CONTRATO**

**7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*);

**7.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

**7.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*);

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Hospital Municipal Raul Sartã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro		
Antonio Carlos Sant'ana	207.630	Superior Imediato
Amanda Oliveira Guimarães Quima	062.200	Fiscal Titular
Leopoldina de Fátima Azevedo Reis	201.836	Fiscal Substituto
Posto Sylvio Henrique Braune		
Amanda Oliveira Guimarães Quima	063.295	Superior Imediato
Fátima Cristina F. Gomes de Andrade	299.237	Fiscal Titular
Sandra de Araújo	299.102	Fiscal Substituto
Gestores		
Igor Faria de Jesus	063.036	Gestor Titular
Higor de Barros Pinto	062.871	Gestor Substituto

**7.4.** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

**7.5.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

**7.6.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

**7.7.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

**7.8.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*);

**7.9.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

**7.10.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

**7.11.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º);

**7.12.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

**7.13.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município;

**8.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**8.2.1.** Gestão/Unidade: Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica/Posto Sylvio Henrique Braune;

**8.2.2.** Fonte de Recursos: SUS – 1600;

**8.2.3.** Programa de Trabalho: 30001.10.302.00852.202, 30001.10.302.00852.203 e 30001.10.301.0083.2.193;

**8.2.4.** Elemento de Despesa: 33.90.30.31;

**8.3.** As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 – AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

## **9. DA LIQUIDAÇÃO**

**9.1.** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019.

## **10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

**10.1.1.** Negativa de Débitos Trabalhistas;

**10.1.2.** Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

**10.1.3.** FGTS;

**10.1.4.** PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

**10.1.5.** Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

**10.1.6.** Estadual CND – referente ao ICMS;

**10.2.** A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

**10.3.** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iv) Multa:
  - (1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

(2) moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(a) O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

(3) compensatória de 15% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021);

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 30 (trinta) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do licitante para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que o licitante possua com o mesmo órgão, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

12.2. Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Saúde.

Nova Friburgo/RJ, 10 de abril de 2023.

Termo de Referência elaborado por:



Igor Faria de Jesus  
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS  
Mat. 063.036

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

**NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO**  
Secretária Municipal de Saúde  
Mat. 106.137